



A INSPEÇÃO ESCOLAR NA MEMÓRIA DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DE SANTA CATARINA (1930-1960)

Raquel de Melo Giacomini – PPGE/UFSC

Agência financiadora: CNPq

Introdução

Neste texto são apresentadas algumas reflexões acerca da inspeção escolar em Santa Catarina, tendo como fonte de pesquisa memórias de professores que atuaram entre as décadas de 1930 e 1960, aproximadamente. Este trabalho se insere em uma pesquisa mais ampla, em andamento, a qual investiga a construção do conhecimento histórico no referido Estado. Essas entrevistas foram realizadas na década de 1990 e estão sob a guarda do Museu da Escola Catarinense, localizado em Florianópolis (SC). Analisou-se 86 entrevistas, sendo 81 delas transcritas e cinco em forma de áudio. Dentre os professores entrevistados a maioria nasceu nas três primeiras décadas do século XX e exerceram o ofício até o final da década de 1960.

1 Memória e História

Como serão utilizadas memórias de sujeitos em uma determinada época, faz-se necessário apresentar qual concepção que se tem acerca do que é Memória e sua relação com a História. Assim, apesar de algumas vezes esses dois conceitos serem entendidos como sinônimos, sabe-se que cada um deles possui sua especificidade. Entretanto, Memória e História possuem estreitas imbricações.

Sobre essa relação entre Memória e História, Gomes (2009, p. 88), afirma:

Não é sem razão que se fala cada vez mais dessa ‘relação indecisa’ entre memória e história, na medida em que, se seguramente elas não se confundem, com certeza implicam-se mutuamente. Ou seja, se a história faz uso da memória – tornando-a,

inclusive, um objeto privilegiado de estudo –, a memória também faz uso da história, incorporando-a como um de seus materiais para a fabricação de passados.

Nessa mesma direção, Félix (2004, p. 42) argumenta que “a história capta e estuda as memórias, constrói-se também com elas”, ou seja, a autora diz que a memória é a matéria-prima da História, seu objeto de investigação.

Gomes (2009, p. 88) assinala que por meio da história se pode “compreender as narrativas da própria memória como interpretações dadas ao passado pelo presente, como formas políticas de ‘usos do passado’”. Desse modo, é preciso entender que as memórias são construídas no presente, isto é, as experiências ao longo dos anos fazem com que as pessoas reelaborem suas vivências do passado e, portanto, realizam uma reconstrução de suas ações no presente. Além disso, a autora pontua que cabe a História problematizar e contextualizar as memórias para que o passado histórico seja desnaturalizado.

Com isso, as entrevistas são entendidas não como relatos fiéis do passado, mas como memórias que pretendem “capturar o tempo” (GOMES, 2009. 88), o tempo de quando os entrevistados eram professores primários em determinadas escolas catarinenses. De outro modo, com esses depoimentos pode-se encontrar especificidades de determinado tema que apenas por documentos oficiais não se teria conhecimento, além disso, entende-se que toda e qualquer pessoa faz parte da história e, portanto, todas as memórias possuem valor.

2 Inspeção escolar como ferramenta de controle da prática pedagógica

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, ocorreu uma série de medidas governamentais para a consolidação de um projeto nacionalizador. O país precisava passar por diversas modificações para entrar na tão almejada modernidade. Dentro desse projeto, a educação tinha um papel fundamental: a de formar o cidadão moderno. E para isso, além da implementação de um método educacional novo, o “método intuitivo”, as escolas também deveriam realizar propostas que construíssem valores patrióticos nos sujeitos em formação.

No Estado de Santa Catarina isso não foi diferente. Entretanto, esse estado possuía uma especificidade, que era o grande número de imigrantes europeus. Assim, no decorrer das primeiras décadas do século XX, políticas nacionalistas foram fortemente determinadas, sendo intensificadas durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse contexto, a atuação dos inspetores escolares se fortaleceu, sobretudo, após a Reforma da Instrução Pública primária ocorrida no Governo de Vidal Ramos, em 1911.

O ensino da Língua Pátria, de História e Geografia do Brasil e a incorporação de rituais cívicos na escola eram basilares para a formação dos cidadãos nacionais. Sendo assim,

“o espírito da nacionalização do ensino que deveria orientar o Inspetor Escolar, era não somente fazer com que as escolas ensinassem a língua vernácula, mas conseguir que a nova geração vibrasse e sentisse com entusiasmo a pátria que a viu nascer” (FIORI, 1975, p. 162).

Nascimento (2010, p. 371-372), aponta que a função do inspetor era “promover a aplicação dos modernos métodos de ensino, cuidar das condições de funcionamento da sala de aula, observar os conteúdos que eram ministrados pela professora e suas habilidades em ministrá-los e zelar pela educação cívica dos alunos”. Após essa observação, o inspetor realizava sua avaliação, escrita em um livro ou ata, e se necessário, ministrava aulas para que os professores aprendessem a maneira correta de lecionar. Essas práticas de controle são bastante lembradas pelos professores entrevistados, como podemos ver em dois exemplos:

A inspetoria ficava mais junto da Dona Irene, da diretora. E eles iam na sala de aula, assistiam, acompanhavam na sala de aula. Olhava toda a documentação feita na sala de aula: chamada, movimentos mensais, os cadernos das crianças, os nossos planos de aula então, e a maioria das observações eles levavam para nossa diretora. (Entrevista 45, 1996, s./p.)¹

Quando era anunciado que o inspetor está aí, a professora nos avisava e ficávamos alertas. Ele chegava, ia visitar a sala, a professora dava aula perto dele. Ele assistia a aula, olhava os cadernos, olhava o material da professora, verificava se o material da professora estava em ordem, bonitinho e deixava alguma coisa escrita. (Entrevista 38, 1995, s./p.)

Pelas memórias dos professores, pode-se perceber que uma das estratégias para inspecionar os conteúdos ministrados era fazer avaliações com os alunos e olhar seus cadernos. Desse modo, o inspetor escolar poderia realmente saber se o que estava escrito nos planos pedagógicos e fichas de avaliações dos professores eram realmente feitos. Assim, as lembranças nessa direção são recorrentes, tais como: “Ele ia fazendo perguntas de acordo com a série, o ano do aluno, de acordo com o programa que a professora usava” (Entrevista 31, 1995, s./p.); “A própria professora mandava um aluno no quadro para ele examinar” (Entrevista 38, 1995, s./p.). Além desses, há outro relato:

O inspetor chegava lá e queria o livro de escrituração do plano da gente, prá ver como é. Se estava tudo em ordem. Tinha alguns que davam uma aulinha prá gente. Prá ver a capacidade dos alunos, se estavam de acordo com o que estava escrito, porque tinha umas fichas e ali estava tantas aulas disso, tantas aulas daquilo. Então, ele ia procurar prá ver se o que estava conferia. Depois que ele ia deixava um termo para o professor. (Entrevista 21, 1994, s./p.).

Conforme ressalta Teive (2008, p. 106), os inspetores escolares causavam certo pânico nos professores, visto que de início não eram acostumados com esse tipo de prática. O maior

¹ A enumeração das entrevistas, neste texto, foi realizada pela pesquisadora e segue uma lógica de coleta de dados. A indicação de página é a que consta no próprio acervo. Em algumas transcrições há ausência de números de páginas.

receio, segundo as memórias dos professores, era de fazer algo errado na presença do inspetor e ser punido por isso. A entrevistada 31 (1995, s./p.) fala que na escola em que trabalhava chamavam o inspetor de “Deus”. Em suas palavras justifica: “Porque a gente temia”. A entrevistada 26 (1994, s./p.) conta que quando era professora tinha muito medo do inspetor escolar e que ela ficava até doente quando sabia que ele iria à escola.

Outro ponto a ser destacado é que em razão da escola ser responsável pela formação de um cidadão patriota, as atividades cívicas também eram supervisionadas pelos inspetores. Ao ser questionado pelo entrevistador, se ensinava algum tipo de hino em suas aulas, o entrevistado 40 (1995, p. 4) responde:

Tinha porque a gente tirava um dia [para estudar os hinos]. Por exemplo a festa das mães que era tradição e tinha que fazer no planejamento um programzinho para entregar na inspetoria, então tinha que passar. Em primeiro lugar a gente colocava o Hino Nacional, depois os versinhos e no meio o Hino da Independência e mais uns versinhos e encerrava com o Hino à Bandeira. Fazia assim e tinha que apresentar na inspetoria.

3 Algumas considerações

Percebe-se que nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais possuíam um projeto para construir a nação e a educação era uma das ferramentas primordiais para concretizá-lo. A atuação dos inspetores escolares se intensificou nesse período, e eles tiveram um papel imprescindível no sistema de ensino.

Nas memórias dos professores entrevistados ficou marcada a atuação dos inspetores escolares. Relacionando isso com a historiografia educacional do período, pode-se compreender que “os inspetores escolares foram articulados como agentes do Estado com poder para fazer cumprir o programa de transformações pensado para as escolas primárias” (NASCIMENTO, 2010, p. 364). Ou seja, o serviço de inspeção escolar em Santa Catarina, serviu como uma das ferramentas do Estado, no sentido de controlar as práticas pedagógicas de professores primários.

Referências

FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2004.

Fiori, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis: Edeme, 1975.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

NASCIMENTO, Dorval. Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900 – 1930). *Roteiro*. Joaçaba, n. 2, v. 35, jul./dez. 2010, p. 362 – 380. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/download/252/307>. Acesso em: 24 set. 2011.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. *'Uma vez normalista, sempre normalista'*: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1011/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

Fontes

Entrevista n° 45. Maria Terezinha da Silva. 1996.

Entrevista n° 38. Ana Rita de Souza. 1995.

Entrevista n° 31. Maurília Francisco Silveira. 1995.

Entrevista n° 21. Dilma do Espírito Santo. 1994.

Entrevista n° 26. Delorme Werner. 1994.

Entrevista n° 40. Valdir José de Mattos. 1995.

Esquema do pôster

Layout: O pôster será estruturado em duas colunas. Terá duas listras, uma na parte superior e outra na inferior. Na superior estará o brasão da instituição com o respectivo nome, além disso, constará o nome do departamento, no qual a pesquisa está vinculada. Na listra inferior estará o logo do CNPq, que é o órgão financiador da pesquisa. O pôster terá uma imagem de alunos e professores de uma escola no período e da região estudado.

Texto: Terá um cabeçalho com o título, autoria e sigla da instituição. Na introdução será apresentado o tema da pesquisa, os objetivos, as fontes, a metodologia e os aportes teórico-metodológicos. Em seguida, terá um pequeno texto com reflexões acerca do tema proposto em diálogo com bibliografias relacionadas com o assunto. Na conclusão, serão pontuadas algumas considerações sobre o que foi discutido. Por fim, serão listadas as referências bibliográficas.